

ENTRE A MARÉ E O BURITI: TERRITÓRIO, TRABALHO COLETIVO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES DA VILA QUE ERA (BRAGANÇA-PA)

BETWEEN THE TIDE AND THE BURITI: TERRITORY, COLLECTIVE WORK, AND EMPOWERMENT OF THE WOMEN OF VILA QUE ERA (BRAGANÇA-PA)

Artigo recebido em: 23/1/2026

Artigo aceito em: 24/4/2026

Patrick Heleno dos Santos Passos*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Marabá, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8735028689085038>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5044-8477>

patrick.passos@ifpa.edu.br

Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3519207052266437>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1661-7609>

suezilde.ribeiro@ifpa.edu.br

João Hamilton Pinheiro de Souza**

**Universidade do Estado do Pará (UEPA), Castanhal, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2381749916977513>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5348-6839>

jhpsouza@uepa.br

Mônica Nazaré Espírito Santo da Silva*

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258510006231654>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9471-1288>

monica.silva@ifpa.edu.br

Josefa Aviz de Jesus***

***Coletivo Arte das Mulheres da Vila Que Era, Bragança, Pará, Brasil

josefaaviz878@gmail.com

João Ulisses Barata da Silva****

****Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), Belém, Pará, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5998261630559448>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1849-4139>

ulisses08@gmail.com

The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

O presente artigo analisa o processo de organização socioeconômica e empoderamento das mulheres da Vila Que Era, em Bragança, Pará, inseridas na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú. A pesquisa, de cunho qualitativo, fundamenta-se em estudos de caso e grupos focais realizados entre 2024 e 2026, descrevendo a trajetória do "Grupo Arte das Mulheres" e do "clubes da poupança". Os resultados demonstram que a transição do trabalho extrativista invisibilizado para a produção artesanal sustentável — baseada em

Abstract

This article analyzes the process of socioeconomic organization and empowerment of women in Vila Que Era, Bragança, Pará, located within the Caeté-Taperaçú Marine Extractive Reserve. This qualitative study is based on case studies and focus groups conducted between 2024 and 2026, describing the trajectory of the "Women's Art Group" and the "savings club." The results demonstrate that the transition from invisible extractive Work to sustainable artisanal production—based on buriti and piassava fibers—enabled the



fibras de buriti e piaçava — possibilitou a construção de uma identidade coletiva e de uma rede de proteção social contra estruturas patriarcais. Discute-se a implementação de uma cozinha comunitária como estratégia para verticalizar a produção da sociobiodiversidade e fomentar o turismo receptivo, visando a autonomia financeira e a fixação da juventude no território usado. Conclui-se que o fortalecimento do capital social feminino e a consolidação de tecnologias sociais de resiliência financeira são determinantes para a soberania e a resiliência socioambiental em Unidades de Conservação na Amazônia bragantina.

Palavras-chave: Mulheres Extrativistas. Vila Que Era. Cozinha Comunitária. RESEX Caeté-Taperaçú. Tecnologia Social.

construction of a collective identity and a social safety net against patriarchal structures. The implementation of a community kitchen is discussed as a strategy to verticalize socio-biodiversity production and promote inbound tourism, aiming for financial autonomy and the retention of youth in the territory. It is concluded that the strengthening of women's social capital and the consolidation of social technologies for financial resilience are decisive factors for socio-environmental sovereignty and resilience in Conservation Units in the Bragantina Amazon.

Keywords: Women in the Extractive Sector. Vila Que Era. Community Kitchen. Caeté-Taperaçú RESEX. Social Technology.

1 INTRODUÇÃO

A costa paraense é caracterizada pela presença de um elevado número de estuários que possuem grande influência na dinâmica dos fatores físicos e oceanográficos e na ecologia da biota da região, segundo Camargo e Isaac (2003). Dentro deste contexto, encontra-se a planície costeira bragantina, que abrange desde a ponta do Maiaú até a foz do rio Caeté, com aproximadamente 40 km de extensão. Esta planície se caracteriza por penínsulas cortadas por canais-de-maré que ligam o manguezal aos estuários dos rios Caeté e Taperaçú, Segundo Souza Filho e Paradella (2002).

O município de Bragança localiza-se na chamada região do Salgado ou leste paraense e o seu manguezal caracteriza-se por uma grande diversidade de ecossistemas: praias, baías, costões, manguezais, restingas, ilhas, recifes, falésias, estuários, brejos. (Vieira *et al.*, 2013).

O território bragantino contempla a Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Marinha Caeté-Taperaçú, unidade de conservação (UC) de uso sustentável criada em 2005, que abrange aproximadamente 42.068 hectares no litoral de Bragança, Pará. Conforme as diretrizes de Diegues (2008), as RESEX representam um modelo de gestão territorial que rompe com o paradigma da "conservação intocada", reconhecendo que a manutenção da biodiversidade é indissociável da permanência das populações tradicionais e de seus sistemas de saber. Nesse sentido, o território da RESEX Caeté-Taperaçú é, acima de tudo, um território usado, onde o "sistema de objetos e ações"

(Santos, 2006) é ditado pela dinâmica dos manguezais e adjacentes como as áreas com os buritizais.

Segundo o Plano de Manejo da RESEX (ICMBio, 2012), o extrativismo e a pesca artesanal não são apenas atividades econômicas, mas formas de resistência cultural que moldam o espaço banal, aquele onde se dá a vida de todos, em especial das comunidades, das vilas e das pessoas (Santos, 2000). É neste mosaico de águas e matas que a Vila Que Era se projeta como um lugar de protagonismo feminino.

A comunidade “Vila Cuéra ou Que Era”, está localizada no espaço rural do município de Bragança-PA, às margens do rio Caeté, aproximadamente oito quilômetros do centro da cidade, à esquerda da BR-308. A comunidade faz parte da história da construção do município, pois segundo a história vinculada nos meios oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) segundo, Maués, (1961) Foi neste espaço que iniciou há séculos, a primitiva sede da capitania do Caeté, o que hoje conhecemos como município de Bragança, por este motivo a comunidade é conhecida também como “Vila Que Era” Bragança, segundo Rosário, (2018).

A Vila Que Era, insere-se na zona de amortecimento e influência direta da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Caeté-Taperaçú. Este território, marcado pela dinâmica das marés e pela abundância de ecossistemas de manguezal e igapó, constitui a base material e simbólica da vida de comunidades tradicionais históricas que dependem do extrativismo de recursos como o caranguejo-uçá e a extração das palhas presentes no território, que possibilita a confecção de artesanato ligado, sobretudo, a cestaria trançada, desenvolvida a partir de materiais naturais, fibras e pigmentos de origem vegetal, tais como a palha de buriti, conhecida como “palha-da-costa”, o talo de piaçava, utilizado na fabricação de vassouras, as raízes para a extração de cores, como a cúrcuma, sendo extraída a tinta amarela, a folha do pariri, sendo a tinta vermelha, fruto do açaí, a tinta roxa, dentre outras. (Asp; Aviz, 2025)

No entanto, historicamente, o papel das mulheres nessas cadeias produtivas foi relegado à invisibilidade ou ao trabalho doméstico e de “subsistência”, frequentemente sob estruturas patriarcais rígidas. (Farias, 2014)

O presente artigo analisa a trajetória do "Grupo Arte das Mulheres", organização coletiva que emergiu como estratégia de resistência e empoderamento feminino a partir de 2014. O que se iniciou como reuniões itinerantes "debaixo de mangueiras" evoluiu para a conquista de um centro cultural próprio, consolidando um espaço de acolhimento

que transcende a produção econômica para tornar-se uma rede de proteção social e familiar.

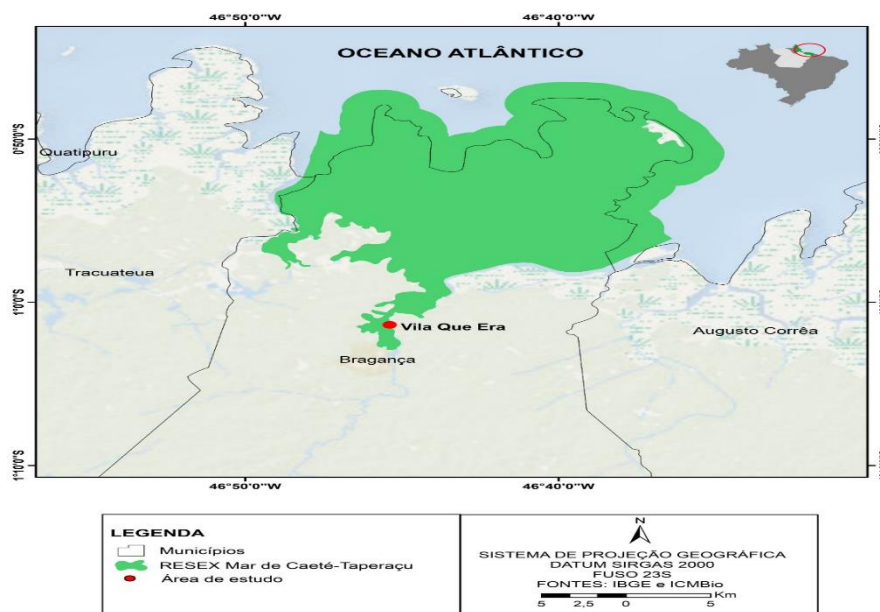
A problemática central gira em torno de como a organização coletiva permite a essas mulheres re(visitar) sua relação com o território e com a ciência, transformando saberes tradicionais, como o trançado da palha e o manejo da biodiversidade em ferramentas de autonomia financeira e política. Atualmente, o grupo vivência uma fase de transição com o projeto de uma cozinha comunitária e a expectativa de integrar aspectos da gastronomia local ao turismo receptivo como fontes de renda contínua e soberania alimentar.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca compreender como a transição do extrativismo invisibilizado para a economia criativa e circular fortalece a resiliência socioambiental no litoral amazônico. Para o alcance desta meta, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: Identificar as mudanças na identidade coletiva das mulheres a partir da transição do trabalho extrativista de subsistência para a produção artesanal valorizada; descrever as estratégias de resiliência financeira adotadas pelo grupo, com ênfase no papel do clube da poupança e na rede de proteção social estabelecida entre o grupo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como delimitador a área de estudo que compreende a Vila Que Era, situada na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, no município de Bragança, nordeste paraense (Figura 1). O recorte espacial justifica-se pela intrínseca relação de dependência e manejo que a comunidade estabelece com o manguezal, o estuário e os buritizais adjacentes, configurando um território de proximidade onde a psicosfera local é ditada pelo ritmo das marés e dos ciclos contidos no extrativismo.

Figura 1 – Localização da área de estudo: Vila Que era, Bragança-PA.



Fonte: Elaborado por Tatiana Azevedo, 2026

Para atender aos objetivos, o estudo foi dividido em quatro etapas metodológicas gerais: (i) Solicitação de autorização no SISBio/ICMbio, Autorização no Conselho Deliberativo da Resex Mar estudada, Autorização no CPE; Articulação com as comunidades (ii); Grupos focais; (iii) Procedimentos de análise e rigor ético (iv)

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método de estudo de caso de natureza exploratória. O campo foi conduzido na Vila Que Era, município de Bragança-PA, entre os anos de 2024 e 2026, utilizando-se da técnica de grupo focal e entrevistas estruturadas sistemáticas com lideranças e integrantes do coletivo feminino.

A pesquisa contou com a colaboração direta de sete mulheres lideranças da comunidade Vila Que Era. A seleção das participantes deu-se de forma intencional, considerando o protagonismo no Grupo Arte das Mulheres e a participação ativa no clube da poupança. Para a coleta de dados, foram utilizados grupos focais e entrevistas semiestruturadas, realizados em diferentes etapas entre os anos de 2024 e 2025, conforme detalhado no Quadro 1."

Quadro 1 – Caracterização das Colaboradoras da Pesquisa (Vila Que Era)

Identificação	Perfil Socioeconômico	Instrumento de Coleta	Período
Entrevistada 01	Extrativista e artesã	Grupo Focal e Entrevistas	2024 - 2025
Entrevistada 02	Extrativista e artesã	Grupo Focal	2024 - 2025
Entrevistada 03	Extrativista e artesã	Grupo Focal	2024 - 2025

Identificação	Perfil Socioeconômico	Instrumento de Coleta	Período
Entrevistada 04	Extrativista e artesã	Grupo Focal e Entrevista	2025
Entrevistada 05	Extrativista e artesã	Grupo Focal	2024 - 2025
Entrevistada 06	Extrativista e artesã	Grupo Focal	2024 - 2025
Entrevistada 07	Extrativista e artesã	Grupo Focal	2024 - 2025

Fonte: Autores da pesquisa, 2026.

O corpus documental baseia-se na transcrição de áudios de reuniões, rodas de conversa base para o grupo focal, onde a história oral foi priorizada para capturar a trajetória de lutas, desde a fundação do grupo até a certificação como ponto de cultura em 2025. A coleta de dados também incluiu a análise de registros fotográficos da construção física do centro cultural e a observação participante de eventos como a entrega do projeto básico da cozinha comunitária, demanda contida no caderno pedagógico, caminhos do Bem Viver, demandas das Resex Marinhas do Pará (2023-2025) constando do eixo 9, produção extrativista pesqueira, subitem 9.7 – Desenvolver programa para viabilizar a construção de cozinha comunitária como ponto de difusão do patrimônio gastronômico tradicional, desenvolvimento de saberes, sabores e práticas culturais, segundo Aurems, (2023).

2.1 Segurança jurídica e ética na pesquisa

Inicialmente, foi obtida autorização para atividades científicas junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), processo nº 88224-2, emitido em 07 de março de 2024. Paralelamente, o estudo foi apresentado e submetido à apreciação do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação incluídas na área de estudo, com posterior deferimento formal, conforme registro em ata oficial 001/2025: Resex Mar Caeté-Taperaçú, conforme ata da 1ª reunião ordinária, ocorrida na sede da associação da RESEX - ASSUREMACATA- Bragança-PA.

A pesquisa também foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Parecer Consubstanciado nº 7.554.385, emitido pelo Núcleo de Formação Indígena da Universidade do Estado do Pará, em 08 de maio de 2025.

Por fim, em estrita observância aos preceitos éticos da pesquisa com seres humanos e em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

firmado, a identidade das colaboradoras foi preservada através da técnica de anonimização. As fontes orais são identificadas no texto pela letra "E" (Entrevistada), seguida de numeração sequencial (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7), garantindo o sigilo sem prejuízo à contextualização sociológica dos relatos. Contudo, há que ser destacado a ciência e expressa liberação do uso de imagens do coletivo, estritamente ligadas a atividade produtiva, as reuniões de levantamento de demanda e sobre a entrega do projeto de cozinha comunitária na comunidade pesquisada, referente a pesquisa. Mesmo assim, nos submetemos as regras da revista que exige o respeito à dignidade e liberdade individual e inserimos tarjas nos rostos das pessoas envolvidas na pesquisa.

2.2 Articulação com as comunidades

Após a fase de segurança jurídica para a entrada em campo na comunidade estudada, realizou-se a articulação com as lideranças da comunidade da RESEX Mar estudada, com o objetivo de apresentar a pesquisa e ouvir os diálogos do grupo de mulheres extrativistas com experiência de atuação no território, essa articulação ocorreu através das Associações de Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (AUREMs) e das lideranças da associação de usuários Caeté Taperaçú em Bragança.

2.3 Grupos focais

Foi constituído grupo focal, compreendidos como espaços de discussão coletiva mediado por moderador(a), voltado ao compartilhamento de experiências e percepções sobre as vivências no território, a participação foi limitada as mulheres participantes do coletivo de mulheres da Vila Que Era, no máximo 10 participantes, conforme recomendações e o pedido das mulheres que gostariam de ser ouvidas e pudessem estabelecer trocas de conhecimentos, sobre as mudanças que estavam acontecendo no ambiente que residem, a dificuldade de encontrar matéria prima, as formas de existir no território e a atuação do grupo. Dessa forma as atividades de campo aconteceram em junho de 2024 e julho de 2025.

2.4 Procedimentos de análise e rigor ético

O tratamento do material qualitativo seguiu os preceitos da análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin (2016). O percurso analítico, desta fase, foi estruturado em três etapas: i) pré-análise, com a transcrição integral dos áudios e leitura flutuante do corpus; ii) exploração do material, através da codificação axial para identificação de unidades de registro; e iii) tratamento dos resultados e interpretação.

A codificação permitiu a emergência de temas centrais como "técnica de manejo do Buriti", "a resiliência econômica" e "identidade territorial do coletivo". Para a interpretação dos dados, adotou-se o arcabouço teórico da Psicofera (Santos, 2006), permitindo que as narrativas de fé, proteção e ancestralidade fossem analisadas como componentes indissociáveis do território usado.

A fim de garantir a validade científica e reduzir vieses de confirmação, utilizou-se a triangulação de dados, confrontando os relatos orais (E1 a E7) com as observações de campo e documentos institucionais da AUREMS (2023). Além disso, o rigor ético foi mantido através da anonimização das colaboradoras e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando que a posicionalidade do pesquisador atuasse como mediadora da realidade vivida na Vila Que Era, sem sobrepor-se às vozes das protagonistas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O território como matriz de resistência e identidade

A Vila Que era, embora situada no entorno da RESEX Caeté-Taperaçú, manifesta uma relação de dependência umbilical com os recursos da unidade de conservação. O território não é apenas um espaço geográfico, mas uma extensão cotidiana do trabalho e da identidade das mulheres locais, que desde 2014, se organizaram para ressignificar o uso dos recursos naturais.

A fundação do grupo das mulheres da Vila Que Era, ocorreu sob forte resistência da comunidade local, a qual questionava a capacidade de auto-organização feminina fora da "tutela" masculina. Como relata uma das lideranças entrevistadas.

A proposta inicial de criar um grupo de artesanato visava romper com a limitação financeira e a sobrecarga do trabalho historicamente constituída com as atividades ligadas ao universo rural, descritos como a "pesca na beira do rio, a tiração de caranguejo e as atividades ligadas a agricultura (Passos, 2024).

3.2 Os convites que mudaram a história de uma comunidade

Pensar na resistência feminina na Amazônia, onde o desafio de "iniciar do começo" sem capital transformou-se em uma poderosa rede de economia solidária. Como narra (E3, 2024), o nosso grupo nasceu da inquietação sobre a ausência de uma associação local, um espaço nosso, superando o descrédito de muitos ao experimentar o manejo de fibras como o tucum e a piaçava: "nós não tínhamos totalmente aquele capital pra começar o nosso trabalho... falaram pra gente que a gente nunca ia conseguir chegar onde nós estamos hoje".

A coordenadora que acompanhou aqui o negócio da tirada de uma carteirinha... Qual o nome da carteirinha que o "velho" tirava da SEAP? (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje Ministério da Pesca), aí desse grupo veio uma mulher, falou pra ela por que não tinha uma associação de mulheres daqui? Aí ela disse que não tinha, aí foi que entrou na cabeça dela e da E3, que hoje em dia não faz mais parte, mas ela foi uma que iniciou também o grupo. Aí que ela foi na casa da E3, ela me fez o convite junto com a E4, Só que aí só era quatro, aí eu tive a ideia de convidar outras mulheres. Aí eu convidei, fiz o papel (convite) pra E5 e ela falou sim. Mas depois que nós nos reunimos só em cinco, a gente foi fazer o papel de convidar mais mulheres pra dentro do grupo. Quando deu início, foi muito difícil porque nós não tínhamos totalmente aquele capital pra começar o nosso trabalho, pra chegar lá fora. Aí teve um desafio meio triste e outro também meio alegre. A gente fez até um jogo aqui na frente, teve muitos da população daqui da Vila Que Era, falaram pra gente que a gente nunca ia conseguir chegar onde nós estamos hoje em dia. A gente teve o desafio que a gente foi pro Mangal, lá pro lado do igarapé, tirar olho do Tucum. Tiremos sim, fizemos também o canudinho ecológico do talo, aí também não deu certo. Fizemos os guardanapos, que não deu certo. Aí foi que veio um curso lá do Senar sobre o manejo e uso de piaçava que começou a mudar, não foi, meninas? (E3, 2024).

Essa organização coletiva reflete o que Loureiro (2020) descreve como o protagonismo das mulheres amazônidas, que reinventam formas de sobrevivência e proteção do território através da união. Ao valorizar a história dos antepassados que "se criaram aqui", o grupo da Vila Que Era, também se alinha ao pensamento de Amador de Deus (2021), que defende a oralidade e a memória ancestral como ferramentas fundamentais para a afirmação da identidade e a valorização do saber tradicional frente aos desafios do mundo contemporâneo.

3.3 O retorno de uma liderança, os torneios de futebol e a coesão do grupo

A consolidação do grupo arte das mulheres é indissociável com o retorno para a comunidade de (E4, 2024) à Vila Que Era no ano de 2014, um movimento motivado pelo cuidado familiar que se transformou em um catalisador para a organização comunitária. Antes da formação do coletivo, a realidade local era marcada pela migração pendular, na qual muitas mulheres atuavam como empregadas domésticas na zona urbana do município de Bragança para garantir o sustento familiar. Segundo (E4, 2024), o retorno possibilitou gerar condições para que essas extrativistas pudessem abandonar o trabalho pesado ligado ao universo rural, o qual a mulher é mão de obra qualificada e muito explorada, passando assim a investir no artesanato como possibilidade de aglutinar mulheres em torno de atividades que possibilitassem ocupação e renda.

Os primeiros anos foram marcados por uma resistência simbólica e espacial, exemplificada pela realização de torneios de futebol feminino. Esta estratégia não visava apenas o lazer na comunidade, mas a ocupação de espaços tradicionalmente masculinos, como organizar um campeonato de futebol na vila, bem ao lado da igreja para demonstrar a capacidade de auto-organização do grupo e romper com a desconfiança dos maridos e da comunidade, de acordo com os relatos de Passos (2025).

O relato de (E2, 2025), registrado em julho de 2025, revela que a organização inicial era movida pela vontade de união, ainda que houvesse desconhecimento técnico sobre as "regras" formais do esporte, o que acabou por atrair a colaboração dos homens da comunidade a gente não sabia que precisava de bola, não sabia que precisava de juiz, a gente só queria jogar. Aí os homens viram aquela organização e vieram ajudar, os maridos entraram no meio, um serviu de juiz, outro de bandeirinha e o que era só nosso virou uma festa da vila toda, vendemos o que tínhamos na quele dia e ficou o sentimento de conquista do coletivo. (E1,2024)

Essa integração transformou as atividades esportivas em uma grande festa comunitária, potencializada pela venda de cervejas e alimentos como estratégia de economia solidária para capitalizar o coletivo que, até então, operava com "capital zero", (E7,2024)

Mesmo com os eventos o coletivo continuava frágil financeiramente, sem uma sede própria, as artesãs trabalhavam onde era possível, inclusive sob a sombra das mangueiras ou em varandas cedidas, enfrentando não apenas a desconfiança dos maridos

que questionavam o valor do tempo dedicado ao artesanato em detrimento das lidas domésticas, mas também a vulnerabilidade diante de atravessadores. O momento mais crítico dessa fase foi o desvio de uma produção vultosa destinada à capital do estado.

A gente trabalhou muito, dia e noite, para mandar uma remessa grande do nosso trabalho de artesanato para Belém. Uma pessoa se apossou de tudo por lá, vendeu e não pagou a gente. Foi um trabalho imenso que foi roubado e assim sentimos. Ali a gente quase desistiu, porque era o nosso suor e não vimos a cor do dinheiro, mas serviu para a gente entender que precisava se organizar de verdade e não confiar em qualquer um que chegasse prometendo que iria nos ajudar (Passos, 2025).

O ocorrido, causou mal-estar entre as integrantes do grupo, contudo funcionou como um ponto de coesão social para a maior profissionalização do coletivo. A perda desse capital e do nosso trabalho investido forçou o grupo a estabelecer critérios mais rigorosos de venda e a buscar parcerias institucionais mais seguras, consolidando a percepção de que a autonomia financeira dependia da união delas, da vigilância sobre a atividade, da valorização da matéria prima contida no próprio território e o tempo que empregavam para a produção (E1, 2024).

Quando nós demos início de fazer essa cestaria, teve gente lá dentro de Belém querendo o nosso trabalho, peguemos um grande, chegou na hora nós não recebemos. Fizemos uma cesta imensa, levamos pra lá, o filho dela levou, que esse tempo ele estava também no grupo, levaram pra lá pra Belém, chegou lá, todo mundo estava alegre pra receber aquele dinheiro, quando chegou na hora ninguém recebeu. Todo mundo ficamos tristes, porque nós trabalhamos dias em dias, e noites e noites, e nós não conseguimos receber. Até hoje nós não sabemos pra onde foi essa cesta que ficou pra lá, pra Belém. E a gente não sabe, mas hoje em dia a gente caminhamos aí uns dois anos, assim, ficamos paradas, mas depois nós continuamos de novo, é que a gente tem que ir pra frente, segundo (E1,2024).

O contexto fez com que a liderança fundadora fosse cumprir outras atividades acadêmicas e profissionais em Bragança, e para não centralizar a interlocução institucional para que as demais integrantes, como a (E1,2025), assumisse o protagonismo do coletivo e a gestão da articulação para as atividades futuras mais amadurecidas.

3.4 Manejo da sociobiodiversidade: o buriti e a piaçava

O artesanato desenvolvido pelo coletivo fundamenta-se no manejo sustentável do buriti (*Mauritia flexuosa*), técnica que exige a retirada do "olho" da palmeira em ciclos trimestrais para assegurar a regeneração da planta.

A extração das fibras de buriti (*Mauritia flexuosa*) e piaçava pelas mulheres da Vila Que Era, configura-se como uma tecnologia social de baixo impacto, cujo respaldo técnico-científico e silvicultural encontra-se consolidado no Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú (ICMBio, 2012). Diferente de processos extrativistas puramente comerciais, o manejo local observa protocolos de seletividade que garantem a integridade do meristema apical da palmeira o "olho" e respeitam o tempo de regeneração foliar.

Conforme o diagnóstico oficial do ICMBio (2012), as áreas de buritizais na microrregião bragantina são zonas onde o conhecimento tradicional atua como barreira contra danos ambientais, uma vez que a retirada trimestral de uma única folha jovem por estipe não compromete a fenologia da espécie. Essa sustentabilidade é o que permite a manutenção da psicosfera local (Santos, 2006), onde o objeto técnico, a palmeira manejada e a ação social, ou seja, o artesanato coexiste em um sistema de equilíbrio entre a conservação da biodiversidade e a reprodução da vida comunitária.

É nesse sentido, que a prática extrativista está impregnada de saberes oriundos dos povos originários, dos quais as comunidades tradicionais, como da Vila-Que-Era são herdeiras, cujas raízes históricas são pertinentes a determinados contextos sociais interculturais específicos e contextualizados espacialmente, que estão a compor estes fazeres híbridos e seus objetos (cestos, bolsas, vasos, decorativos, utilitários, acessórios. Asp, 2021).

Sobre a cestaria trançada das mulheres de Vila Que Era, as quais por vezes se autodenominam como representantes da "Vila Que É" ressalta-se que não se trata apenas ou tão somente de uma "atividade econômica rural não agrícola" (Costilhes, 2015), pois, para além de se configurar como uma forma de inserção social, segundo os relatos das próprias artesãs, o seu trabalho manual se constitui também como uma forma de "terapia", além da geração de renda e, enfim, propicia o empoderamento das atrizes sociais, através do processo criativo e produtivo em um contexto de invisibilidade social, falta de acesso a políticas públicas. Segundo Asp; Aviz, (2025).

Há que ser destacado as narrativas de (E3; E2; E1, 2025) que expõem ameaças ambientais sérias que comprometem a sua atividade, como o desmatamento nas cabeceiras para abertura de roças, resultando no assoreamento de cursos d'água vitais, como o Rio da Corda. Segundo (E4, E5, E6, E7) a seca dos igarapés afeta diretamente a saúde dos buritizais e a qualidade da fibra, situação agravada pelas mudanças climáticas e pela irregularidade das chuvas que alteram a produtividade das palmeiras. Somado a esse cenário, (E2,2025) ressalta a crescente dependência externa de matéria-prima, uma vez que a escassez local de piaçava obriga o grupo a adquirir insumos em municípios vizinhos, como Capanema, onerando os custos de produção e desafiando a viabilidade econômica do artesanato

Nós temos que ir longe buscar a piaçava, pagar frete, porque aqui o que tinha está acabando ou o fogo levou. O buriti também sofre, se o rio seca, a palha não presta, fica quebradiça. É um trabalho imenso que às vezes a natureza não ajuda mais como antes por causa das queimadas lá em cima (Passos, 2025).

Neste contexto, com o aumento da demanda pelos produtos do grupo, constatou-se a necessidade de produzirem para baixar os custos de produção, chegaram à decisão por dois motivos: o buriti é uma planta nativa da comunidade, enquanto que a piaçava, a palha-da-costa é matéria prima externa e de alto investimento, que onera demais o orçamento.

Desta forma, foram em busca de se apropriar de tal saber-fazer. O processo foi desenvolvido com muitos erros e tentativas. É nesse momento que buscaram assistência técnica para se fortalecer a ideia do coletivo que busca conhecimento para se empoderar através de cursos, como os prestados pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, voltados para a produção, o que deu certo, pois modificaram o uso da matéria prima, além de sair da dependência de comprar o produto externo, adquiriram o conhecimento acerca dos procedimentos adequados para o manejo do Buriti e suas etapas específicas: colher o “olho” da palmeira com o broto ainda fechado, ou seja, coleta-se na mesma árvore apenas de 3 em 3 meses para garantir a sobrevivência do espécime. Sendo seguido do destalamento, espécie de corte em tiras finas que serão conhecidas como talas que posteriormente, se converterão na palha que comporá o trançado das peças e a identidade dos artesanatos produzidos pelo grupo. Segundo Asp; Aviz, (2025).

Sendo o elemento intrínseco que forma a identidade dos produtos, consequência direta da dedicação, da somatória entre o conhecimento tradicional e o conhecimento

técnico que gerou uma forma única para executar o processo de transformação da palha em fibra têxtil pronta para uso, estratégia essa que é o segredo do “Arte das Mulheres”. Um saber que levou seis anos para ser construído, sendo o nosso o principal trunfo como grupo na atualidade e que nos mantém unidas. (E1, 2025)

Sendo expresso, pelo ato de tecer a trama das fibras, pelo ato de fiar a urdidura, pelo conhecimento do tempo exato para cozinhar as raízes e extrair os pigmentos. Além de preparar as fibras e o próprio teçume das peças, que para o coletivo, vai além da materialidade da peça e seu uso como objeto, significa trançar sonhos (Asp, 2021), conforme as (Figuras 3 e 4).

Para todas nós não é somente trançar fibras, representa muito mais que trançá-las, mas acima de tudo de sonhar com dias melhores e realizar os objetivos, pois diziam ser impossível para nós sonhar e permanecer embaixo da sombra das mangueiras. Segundo (E1, 2025).

Mas tudo muda e as parcerias vão sendo construídas, tempos depois pudemos pôr em prática a construção do nosso tão ansiado centro cultural, batizado “Recanto das Mulheres” (Sede própria), cuja obra pôde ser executada a partir do advento de recursos advindos da contemplação do grupo nos editais da Lei Aldir Blanc (LAB 14.017/2020), ne meninas? Segundo (E1, 2025).

Figura 3 e 4 – Busca de material na área de buritizal e o manejo de fibras.



Fonte: (Asp; Aviz, 2025)

3.5 A identidade sendo construída com as próprias mãos e ajuda espiritual

A materialização do centro cultural recanto das mulheres da Vila Que Era, não foi apenas uma obra de engenharia, todavia um ato de resistência física e consagração

simbólica do território, da sua territorialidade de práticas ancestrais de lutas contra a opressão masculina. (E1, 2025) recorda que, diante da falta de recursos financeiros e maquinário adequado, a preparação do espaço/terreno exigiu um esforço hercúleo das próprias mulheres: "o terreno era muito feio cheio de mato, tinha árvores grandes que atrapalhavam, a gente limpou tudo foi na mão, com as nossas mãos a gente foi tirando o mato para poder levantar o nosso lugar, o nosso canto, o nosso refúgio" (Passos, 2025a). Esse investimento corporal no território solidificou a transição da identidade do coletivo, que deixou de ser visto apenas como um "grupo de trabalho" para ser compreendido como uma "família", onde a proteção mútua transcende o aspecto financeiro. Essa conexão profunda com o lugar é reforçada por uma dimensão metafísica, conforme narram (E3; E2, 2025), ao descreverem a sacralidade do espaço construído. Para as integrantes, o centro cultural não é um prédio comum, mas um ambiente guardado por forças espirituais que zelam pela integridade do coletivo:

Esse lugar aqui não é só tijolo, ele tem dono, ele tem uma proteção que a gente sente. Quando a gente entra, o cansaço sai, porque aqui virou a nossa família, a gente se cuida. Não é só vir fazer artesanato, é saber que aqui é um lugar sagrado para nós, onde ninguém de fora vem para fazer o mal porque o centro é protegido (Passos, 2024).

O relato das entrevistadas (E3; E2, 2025), desnuda que o território usado pelas mulheres da Vila Que Era é regido pelo que Milton Santos (2006) define como Psicofera.

Para o autor o espaço é um sistema indissociável de objetos e ações. Enquanto a tecnosfera é o conjunto de objetos técnicos e infraestruturas, a psicofera é o reino das crenças, dos valores e das intenções que dão sentido a esses objetos (Santos, 2006). Na Vila Que Era, a psicofera opera como uma camada invisível de proteção que converte a estrutura física "o tijolo" em um lugar de abrigo e resistência.

Dessa forma, a "proteção espiritual" mencionada pelas entrevistadas não é um dado isolado da realidade, mas a crença contida na força moral que permite ao grupo enfrentar as pressões e a perversidade do mercado (Santos, 2000). É a psicofera que garante a solidariedade orgânica necessária para a manutenção do clube da poupança e da possibilidade de pensar e articular ações que ensejem no desenvolvimento da futura cozinha comunitária, transformando o "fazer" artesanal em um ato de afirmação de existência e pertencimento territorial.

É nesse sentido, que a sociologia rural, observa a "reinvenção da identidade do grupo" aponta para a criação de um território de refúgio, onde a ancestralidade e a espiritualidade funcionam como mecanismos de resiliência contra as pressões externas e o isolamento social. É no centro que as mulheres se refugiam e sabem que lá estão seguras, devido a proteção espiritual do lugar, assim fazem os eventos e recebem os visitantes sabendo das limitações e que o espaço é sagrado (Passos, 2025)

Há que ser destacada a relação de proximidade entre a Vila Que Era e o ecossistema de manguezal, suas crenças, seres míticos, seus protetores e sua relação dinâmica com a vida das vilas e comunidades, assim se estabelece o que Santos (2006) denomina como um "território de proximidade", onde a vida cotidiana é ritmada pelas marés e pela oferta dos recursos da sociobiodiversidade.

Essa contiguidade física com o mangue e os buritizais em outra área do território, não é apenas uma característica geográfica, mas o alicerce de uma racionalidade própria que se opõe à lógica hegemônica do mercado. Como observa a (E5, 2025), o manguezal é o espaço onde a autonomia se materializa: "a gente tira o sustento daqui com respeito, porque sabe que se o mangue morrer, a nossa história no espaço dessa vila também acaba". Essa simbiose entre o grupo e o ecossistema reforça que o território é, simultaneamente, um abrigo e um recurso, onde a técnica local, adaptada ao meio, permite que a sobrevivência se dê através da solidariedade, e não apenas da competição (Santos, 2000, p. 112). Assim, o manguezal deixa de ser apenas uma paisagem para se tornar um componente ativo da psicosfera das mulheres, influenciando diretamente suas estratégias de empoderamento e trabalho coletivo.

Em 2021, teve um encerramento de projeto aqui, agente fiquemos, muito felizes, porque o final eu vim fazer tudo pra cá, como aconteceu, teve dança, teve comida, venda de artesanato. Todo mundo que veio pra cá ficaram muito felizes, porque eles não sabem encontrar um paraíso desse, porque esse paraíso aqui é perto da natureza e sabemos a força desse lugar, não é dito por causa que aqui não é só, aqui tem o dono dele, tem o dono do centro. Qualquer um que chega aqui, ah, eu vou entrar aqui, não vou fazer nada. Não, aqui tem o dono dele. Aí quando teve um que veio pra cá, ele percebeu que aqui tinha, e tem, né? Tem muitos também daqui do nosso grupo que já caíram doentes, porque ao chegar aqui, não pediram licença ao dono, fique certa que vai entrar e vai cair. E tem mais, quando dá no horário dele despachar todo mundo, tem que ir embora, não tem que ficar aqui não, porque ele faz barra pra gente sair e sentimos no corpo, segundo (E5, 2025).

O que se coaduna com os estudos de Santos (2006) define como território usado: um espaço onde a função social e a vivência cotidiana se sobrepõem à mera delimitação

geométrica. Este território torna-se um "território de refúgio", o conceito que o geógrafo utiliza para descrever espaços onde grupos subalternizados criam suas próprias normas de existência e resistência frente às pressões externas.

A trajetória do grupo revela que a organização feminina na Amazônia se faz, inicialmente, na informalidade dos quintais e "debaixo das árvores", como as sombras acolhedoras da casa da Socorro, antes de conquistar o espaço concreto, a gente não tinha espaço, a gente fazia na casa da E5, na casa da Antônia e também muito debaixo das árvores da casa da Socorro, que também ela não faz mais parte, mas ela serviu lá debaixo da mangueira dela ali para a gente começar o nosso trabalho. (E1, 2024)

O desafio relatado de não possuir fotos ou registros para editais destaca a barreira da burocracia enfrentada por comunidades tradicionais, superada aqui pela união e pela busca por parcerias como o Instituto Nova Amazônia - INÃ. Segundo Loureiro (2020), essa transição do ambiente doméstico para a esfera pública através da conquista de um terreno próprio é um ato de emancipação política e econômica.

Esse terreno aqui, agora posso dizer que é um terreno, não era como estava de primeiro, que nós pegamos enxada, era terçado, teve muitos que falaram que a gente não ia conseguir, nós mulheres, limpar esse terreno e o marido dela também fez parte, que foi que construiu esse lado aqui primeiro. Aí, quando nós demos para a gente fazer esse espaço aqui, era um matagal medonho, teve até cobra pelo meio, mas a gente vinha para cá, a gente achava graça e fazia tudo aqui nesse quintal, é dito que nós, a gente não somos só um grupo, nós somos uma família (Aviz de Jesus, 2024).

Ao pegarem em enxadas e terçados para limpar o matagal e ao fazerem o próprio piso do centro, essas mulheres provam que a gestão do território é um trabalho coletivo que funde a "família" com a sociedade. Essa práxis reafirma o que Amador de Deus (2021) aponta sobre a importância das alianças e da resistência física e simbólica: o espaço construído pelas mãos de (E1; E2; E3; E4, E5; E6; E7; 2025) e tantas outras é a materialização da memória que se recusa a ser esquecida e que se impõe com alegria e trabalho braçal.

Então, esse grupo, para mim, eu considero como minha família também. Eu já passei por momentos muito difíceis na minha vida e esse grupo me deu um apoio muito grande. E quando foi na limpeza desse terreno, até cobra enrolou na minha perna. Eu, com falta de vista, até hoje eu tenho problema de vista. Me emociona muito. Eu vim, dava tropeçada e essa daqui (E1, 2025). Não vai pra lá que tu vais cair, tu te aquietas. Eu digo, não. Eu tenho que estar fazendo algo, porque senão ficaria mais doente. Só ver elas trabalhando sem poder fazer nada. E falando também no dia do encerramento aqui, eu recebi algo muito

gratificante na minha vida nesse dia. Um dia que eu nunca vou esquecer. Eu agradeço muito a Deus mesmo por eu estar neste grupo.

3.6 Ampliação do recanto das mulheres, as parcerias e a capacitação técnica

A reforma do Recanto das Mulheres e a transição para uma estrutura física melhor, trouxe dignidade para as atividades. Sendo viabilizadas pela articulação com o Instituto Nova Amazônia - Inã em parceria com a execução da lei Aldir Blanc, marcando a chegada de colaboradoras como Patrícia e Raquel. Este período foi caracterizado por um intenso ciclo de capacitação que elevou o padrão do artesanato local, conforme recorda (E2, 2025): "esse espaço aqui que a gente está hoje, foi um espaço de muita luta, muito sonhado por todas nós, aí deu a oportunidade de a gente comprar esse espaço aqui, que foi através do Inã, que trouxe um edital e nos ajudou.

Mas quando veio o apoio do INÃ, quando ela fez a proposta que ia fazer um apoio para a gente ter um espaço, a gente disse, sim. A gente também agradece a coordenadora porque ela morava aqui, mas através do trabalho dela, ela foi para o outro lado da cidade, que foi lá que ela conheceu a Patrícia e a Raquel. Foi que elas mandaram elas virem para a gente fazer, a gente não tinha terreno, não tinha nada, nada, nada. Quando ela iniciou esse projeto, foi o edital que teve, a coordenadora se inscreveu no edital, a gente não tinha foto, não tinha nada, não era meninas? não tinha nada para a gente comprovar mesmo que a gente era um grupo e a gente precisava desse espaço para a gente começar a mudar a nossa história na comunidade (E3, 2024).

Para além da obra física, a chegada dessas parceiras fomentou cursos que profissionalizaram o manejo da fibra, transformando o "fazer por terapia" em uma atividade com valor de mercado. Segundo (E4, 2025), essa etapa foi fundamental para o fortalecimento das atividades coletivas, pois permitiu que as mulheres, que antes operavam sob a sombra de mangueiras e sem recursos, passassem a gerir seu próprio capital e produção, consolidando o que Santos (2006) define como a força do lugar frente às pressões externas e assim descreve (E1, 2024).

Chegou o primeiro material, foi uma alegria muito grande para a gente. A gente construiu nosso primeiro barracão aqui, aí depois vem a criação desse novo também, nesse centro. A gente que fizemos um piso dali da frente, nós mulheres que fizemos, pintemos, a gente não espera por homem não, a gente bota a mão, para a gente fazer a mudança nessa vila.

A sociabilidade para a produção entre as mulheres da Vila Que Era, deixa de ser uma atividade na periferia do sistema para se tornar um centro de consciência universal,

onde a "família" e a proteção coletiva descritas pelas colaboradoras funcionam como o que Santos (2000) denomina de "horizontalidades": redes de cooperação que nascem da base e fortalecem o sentido de pertencimento e sobrevivência coletiva. Conforme as (Figuras 5 e 6).

Figura 5 e 6 – Atividade de produção coletiva e o grupo em atividade na primeira ampliação do espaço.



Fonte: (Asp, Aviz, 2025)

3.7 Entre a parceria e o medo de errar: a chegada do clube da poupança

A chegada do Clube de Poupança na Vila Que Era, trouxe incertezas e perguntas: Quem é esse povo? Será que é um novo golpe? Como devemos atuar sobre essa possibilidade de parcerias? Questões que na época foram respondidas pelo Jonas, que atuava na difusão desta tecnologia social pela associação Rare do Brasil, que assim define sua atuação no território como, os clubes de poupança, transcendem a função de reserva financeira, configurando-se como uma ferramenta de governança e coesão social.

O clube de poupança, iniciado em junho de 2021, contava em seu início com 17 mulheres, hoje são 26 membros da comunidade, sendo 23 mulheres e 3 homens. A proposta é desenvolver uma tecnologia social de resiliência financeira. Diferente do sistema bancário convencional, o clube adota a metodologia de autoajuda e gestão direta, onde o fundo coletivo atua como um "seguro social" para as associadas em situações de emergência (doença ou entressafra). Segundo a (E2,2025), essa organização garante que "o dinheiro fique na mão de quem trabalha", combatendo a dependência de atravessadores e créditos informais. Conforme o guia da Rare, Fish Forever (2018), a transparência mantida por cadernetas físicas e prestação de contas mensal é o que sustenta a confiança

mútua, transformando a gestão do capital em um exercício de governança comunitária e fortalecimento da economia local.

Conforme a descrição Fish Forever (2018), os clubes de poupança são grupos de autoajuda formados por 15 a 25 pessoas que economizam juntas e fazem pequenos empréstimos a partir dessas economias, visando aumentar a resiliência das comunidades extrativistas pesqueiras e assim, reduzir a dependência de créditos informais exploratórios, disponíveis no mercado bancário.

Na prática local, o início das atividades em 2021 consolidou um sistema de confiança mútua onde, segundo (E2, 2024) participação no clube é parte integrante da identidade das mulheres e de sua luta por autonomia, permitindo que o grupo tenha um "capital de giro" próprio para organizar e gerir as suas atividades mensais.

(E4, 2025) reforça que essa organização foi o que nos permitiu "tirar as mulheres da cidade para ficarem na comunidade", substituindo o trabalho doméstico precarizado pela gestão democrática do próprio recurso. A transparência é garantida por registros em cadernetas e reuniões mensais onde, como destaca (E3, 2024), o processo é prazeroso e funciona como uma "terapia", pois o fundo coletivo atua como um seguro social para emergências. Assim, o clube materializa o conceito de território de refúgio de Santos (2000), ao criar uma "horizontalidade" que protege as associadas das perversidades do sistema financeiro tradicional, garantindo que o "nosso suor", termo usado por (E2, 2025) ao recordar perdas passadas seja agora protegido por uma gestão coletiva e soberana e possível. Segundo as (Figuras 7 e 8).

Figura 7 e 8 – Exposição dos produtos para a comercialização em Belém-PA.



Fonte: Stephany Bentes e Josefa de Aviz, 2025 – Feira das mães – edição Cop-30

3.8 O futuro: o projeto de cozinha comunitária e a perspectiva de turismo receptivo

O anseio por um projeto de cozinha comunitária na Vila Que Era materializa a partir das diretrizes da divulgação do caderno pedagógico "Caminhos para o Bem Viver" Aurem, (2023), especificamente no Eixo 9, que trata da soberania e segurança alimentar e nutricional nas Reservas Extrativistas (RESEX). Conforme o item 9.7 do referido plano, a demanda por infraestruturas de processamento coletivo visa fortalecer a economia da sociobiodiversidade, permitindo a verticalização da produção a confecção de pães, bolos e o beneficiamento de frutos nativos como bacuri e cupuaçu para o consumo local e o turismo receptivo, em conexão com as nossas necessidades, falas de (E1; E2, 2025).

A gente já tinha pensado nessa cozinha há muito tempo, né? Pra gente fazer o pãozinho, pra gente fazer o nosso pastel. Pra gente vender. Mas vendendo acrescenta sempre a nossa cesta. A gente nunca ia deixar a nossa cesta de fora. Sempre com ela. A gente ia montar uma pequena lanchonete aqui. Pra gente convidar também o povo da comunidade pra vir fazer parte. E dar até emprego pra eles. Como a gente não ganha aqueles salários imensos. Mas o pouco que entra é muito bom. É muito bom pra gente. Tem vezes que a gente não tem nem o que comer daquele dia. Mas quando chega os 100 reais, 50 reais é repartido quem tá na cozinha. Aí quando todo mundo pega aquele dinheiro, 10, 15 reais, 20 reais. É um dinheiro a mais que entra pra dentro da nossa casa, né?

Essa iniciativa, impulsionada pela parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) através do Programa de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará. SEDAP, (2025). Conforme as (Figuras 9, 10, 11 e 12). Este programa preconiza que a sustentabilidade das unidades de conservação depende da verticalização da produção e da melhoria das condições de vida das populações tradicionais. são compreendidas pela sociologia rural não apenas como um empreendimento econômico com aporte do termo de fomento no valor de até R\$ 50 mil para aquisição de equipamentos e utensílios para o uso cotidiano da proposta de cozinha comunitária.

Essas tendem a ser um instrumento de resistência territorial e inclusão social para jovens e mulheres. Ao oferecer cardápios baseados na culinária extrativista como o caranguejo, os pescados e as frutas locais, a cozinha cria uma alternativa viável à migração forçada e à dependência de empregos domésticos precarizados na zona urbana,

consolidando o que Santos (2000) identifica como a força do "lugar" na construção de uma outra globalização baseada na solidariedade.

Essa cozinha vai vir pra gente ganhar nosso dinheirinho. E também agregar dentro da comunidade. Porque até meus filhos podem vir trabalhar. Fazer um doce, fazer um salgado pra vender. Pra ganhar um dinheiro extra. Porque meus 2 filhos, o mais velho deixou o estudo pra ajudar dentro de casa. Eu tenho um de 17 anos que ele já me ajuda. Eu tenho outro de 15 anos que vai deixar o estudo. Pra ir pra Maré, pra trabalhar, pra ajudar dentro de casa, Segundo E7, 2024.

O conhecimento se espraia pelo território nas múltiplas atividades e recursos com o potencial para matéria prima, segundo (E5, 2024) o que a senhora pesca? Eu, vou na maré, pesco a piramutaba. Eu vou mangal e pesco o amuré, tiro o caranguejo. Você tira o caranguejo. Coloca o espinhel e vai vivendo. É tão bom, porque a gente se sente tão bem, se sente leve. Pegar um peixe fresco ali, retalhar, passar a salzinho, assar na beira do rio. Beleza melhor com farinha, ne?

Nesse contexto o manguezal assume a centralidade da vida, segundo (E5, 2024) Nós ribeirinhos é a nossa riqueza, o mangal, dá para viver sem ele? Não. Porque a gente vai, tira um caranguejo, tira um turu, um siri ou um amuré. É a raiz do mangue é a nossa medicação, pegamos a raiz do mangue, quando a pessoa está com uma diarreia muito forte, inclusive, semana passada minha mãe passou por uma situação e a gente teve que tirar ela lá da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, porque senão a gente ia encaminhar ela pra Paragominas. E o remédio dela foi a raiz do mangue.

Figura 9- Reunião do coletivo sobre as suas demandas para o projeto de cozinha comunitária, 10- Medição do espaço, 11- Apresentação do projeto básico de cozinha comunitária ao grupo, 12- Entrega do projeto a comunidade em julho de 2025.





Fontes: Patrick Passos e Thaís Fernandes, Reunião para ouvir as necessidades do grupo para o projeto do centro Medição para confecção do projeto base de cozinha comunitária – abril – maio de 2024 e Apresentação do projeto ao grupo de mulheres para ajustes e entrega do projeto de cozinha comunitária – julho de 2025.

Compreendendo a relação entre as mulheres e o espaço que transformaram em seu recanto é que ouvimos a solicitação do coletivo pela urgência de ter uma cozinha comunitária na área do recanto das mulheres da Vila Que Era.

Nesse sentido, havia a necessidade do desenvolvimento de um projeto técnico para apresentar ao programa de fortalecimento das Resex Marinhas, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca-SEDAP, a fim de pleitear acesso ao recurso do termo de fomento para ações socioprodutivas em unidades de conservação.

Para tanto, ocorreram as visitas técnicas em 2024, dos pesquisadores para compreender as reais necessidades do coletivo e assim, planejar e confeccionar o projeto básico de cozinha comunitária, o qual foi entregue ao grupo em julho de 2025, como forma de cumprir com os objetivos propostos pela pesquisa e fazer com que o grupo pudesse abrir diálogo com o poder público local e estadual tendo o projeto como elemento base para as tratativas e articulações.

Após a entrega do projeto básico de arquitetura, houve novos diálogos e possíveis parcerias com a Prefeitura Municipal de Bragança e com a SEDAP, para fins de efetivação da cozinha no espaço que o grupo atua.

Assim como, o projeto básico de cozinha comunitária foi cedido pelos pesquisadores, a Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá que através de suas lideranças dialogaram com o município de Curuçá para fins da execução da proposta naquele município.

Por fim, representantes da EMATER do município de Maracanã, manifestaram interesse em fazer uma visita técnica a comunidade em Bragança para conhecer o projeto e confeccionar o seu modelo de projeto básico considerando aquele como referência.

4 CONCLUSÕES

A análise da trajetória das mulheres da Vila Que Era, inserida na complexa dinâmica de uso do território bragantino que contempla áreas como a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú e adjacentes, revela que o território usado não é apenas um suporte para a sobrevivência, mas um espaço de resistência e inovação social. Os eixos fundamentais discutidos neste artigo o trabalho coletivo, a resiliência financeira e o manejo da sociobiodiversidade demonstram que a luta pelo empoderamento feminino na Amazônia bragantina é indissociável da preservação dos ecossistemas de manguezal e áreas de buritizal.

Os resultados confirmam que a transição do trabalho extrativista invisibilizado para a produção artesanal organizada permitiu a construção de uma psicofera de acolhimento e proteção. Tecnologias sociais como o clube de poupança mostraram-se determinantes para a ruptura com a dependência de créditos informais, garantindo maior engajamento coletivo que transcende o campo econômico e alcança a esfera política e subjetiva destas mulheres. Além disso, a futura implementação da cozinha comunitária projeta-se como o próximo passo lógico para a verticalização da produção, aliando a segurança alimentar ao turismo receptivo sustentável.

Portanto, o modelo de conservação vivenciado na Vila Que Era, reafirma a necessidade de as populações tradicionais participarem ativamente na gestão do patrimônio natural, visto que são usuários de primeira grandeza e qualquer impacto ao meio ambiente é uma agressão a manutenção da vida nos territórios de unidades de conservação.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem pelo apoio e confiança na execução da pesquisa:

Associação de Usuários das Resex Marinhas Caeté-Taperaçú/PA

Ao coletivo arte das mulheres da Vila Que Era

Ao protetor e a protetora do Recanto das Mulheres da Vila Que Era
Associação de usuários das Resex Marinhas (AUREMs/PA)
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades
Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinha (CONFREM)
Associação Rare do Brasil (RARE)
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP-PA)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
À Tatiana Rocha de Azevedo pela execução dos mapas.
À Thaís Fernandes dos Santos pelo auxílio nas atividades de campo, registros em áudio
e vídeo, organização das atividades e parceria intensa.
À Estefhany Bentes, pelo auxílio nas atividades de campo e nos diálogos pela sua
pesquisa de TCC/UEPA.
Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de
Empreendimentos Agroalimentares, IFPA – Campus Castanhal, ao IFPA – Campus
Marabá Industrial e IFPA – Campus Belém.

REFERÊNCIAS

- AMADOR DE DEUS, Zélia. *Caminhos da Esperança: Memória, Ancestralidade e Resistência na Amazônia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2021.
- ASP, Danilo Gustavo Silveira. “**Mulheres Artesãs Construindo Sonhos**”. (Vídeo documentário curta metragem). Duração: 17’07”. Produção: Odalice Aviz. Bragança: Co. Inspiração Amazônica Filmes, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/BceE0BQ7AKM>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- ASP, Danilo Gustavo Silveira; JESUS, Maria Odalice Aviz de. *Trançando sonhos & urdindo o empoderamento: coletivo das mulheres de Vila Cuéra (Bragança-PA, Amazônia)*. *Nova Revista Amazônica*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 113-120, set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ (AUREMS). **Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025)**. Organizadores: AUREMS. Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. [Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020]. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ed. 123, p. 1, 30 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú (PA): Volume I - Diagnóstico*. Brasília: ICMBio/MMA, 2012.

CAMARGO, M.; ISAAC, V. J. Ictiofauna Estuarina. In: FERNANDES, M. E. B. (org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003. p. 105-141.

COSTILHES, Sandra Rossi de Araujo. O objeto, a arte e o artista. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia**. São Paulo: Ed. USP, 2015. p. 21-42.

DIEGUES, Antonio Carlos. O saber tradicional e a conservação da natureza no Brasil. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

ENTREVISTADA 01. **Depoimento I**. [abr. 2024; jun. 2024; jul. 2025; ago. 2025; set. 2025]. Bragança, PA. Entrevista concedida a Patrick Heleno dos Santos Passos. Notas de campo.

ENTREVISTADA 02. **Depoimento II**. [jun. 2024; jul. 2025]. Bragança, PA. Participação em grupo focal. Notas de campo.

ENTREVISTADA 03. **Depoimento III**. [jun. 2024; jul. 2025]. Bragança, PA. Participação em grupo focal. Notas de campo.

ENTREVISTADA 04. **Depoimento IV**. [jul. 2025; ago. 2025]. Bragança, PA. Entrevista concedida a Patrick Heleno dos Santos Passos. Notas de campo.

ENTREVISTADA 05. **Depoimento V**. [jun. 2024; jul. 2025]. Bragança, PA. Participação em grupo focal. Notas de campo.

ENTREVISTADA 06. **Depoimento VI**. [jun. 2024; jul. 2025]. Bragança, PA. Participação em grupo focal. Notas de campo.

ENTREVISTADA 07. **Depoimento VII**. [jun. 2024; jul. 2025]. Bragança, PA. Participação em grupo focal. Notas de campo.

FARIAS, Maicon Silva. *Comunidades em zona de amortecimento de resex marinha: a cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de Caratateua, Bragança-PA*. 2014.

FISH FOREVER. **Clubes de Poupança: Um Guia para Planejamento e Implementação**. [S. l.]: Rare Brasil, 2018.

LOUREIRO, Violeta. **A Amazônia no século XXI: Novas e velhas questões**. Belém: EdUFPA, 2020.

MAUÉS, Heraldo. Origens Históricas da Cidade de Bragança. **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, Belém, 1961.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. **Programa de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas**. Belém: SEDAP, 2025.

PASSOS, P.H.S (org.) **Transcrição de áudios anonimizados**: Associação de Mulheres da Vila Que era (Depoimentos de E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7). Bragança, PA: [s. n.], 2024.

PASSOS, P.H.S (org.). **Transcrição de áudios anonimizados**: Associação de Mulheres da Vila Que era (Depoimentos de E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7). Bragança, PA: [s. n.], 2025.

PASSOS, P.H.S (org.). **Transcrição dos áudios do dia 10/07/2025**: Associação de Mulheres da Vila Que era. Bragança, PA: [s. n.], 2025c.

PASSOS, P.H.S (org.). **Transcrição dos áudios do dia 11/07/2025**: Entrega do projeto de cozinha comunitária. Bragança, PA: [s. n.], 2025d.

RELATO ORAL. **Depoimento das lideranças, integrantes do Grupo Arte das Mulheres – Vila Quera**. Bragança-PA, 2024. (Notas de campo).

ROSÁRIO, Samuel Antonio Silva do. **A etnomatemática e a etnofísica da cerâmica produzida na Vila “Cuéra” em Bragança (PA)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2018.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA-FILHO, P. W. M.; PARADELLA, W. R. Recognition of the main geobotanical features along the Bragança mangrove coast (Brazilian Amazon Region) from Landsat TM and RADARSAT–1 data. **Wetlands Ecology and Management**, [s. l.], v. 10, p. 123-132, 2002.

VIEIRA, Norma; QUEIRÓS, Deis; EVER, Marcella; GOMES, Maria. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico. **Amazonica - Revista de Antropologia**, Belém, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1606>. Acesso em: 22 mar. 2026.